

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMTUR – Outubro - 2025.

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2025, às 18h30min, na **AMIGA - Associação dos Militares Veteranos e Pensionistas de Militares de Guaratinguetá**, sito Rua Mórmons, nº 51, Bairro Pedregulho, em Guaratinguetá/SP, CEP 12.515-100, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Guaratinguetá – COMTUR, com a seguinte pauta, todas dada a conhecer através de Convocação pelo site da Prefeitura Municipal, E-mails, Grupo de Whatsapp e Redes Sociais: **“Abertura – Saudação e informações da presidência; Aprovação da Ata da Reunião de Setembro de 2025; Correspondências recebidas e enviadas; Atualização de Conselheiros de acordo com Regimento Interno e legislação; Adequação da legislação do COMTUR; Lei do Guia do Turismo; Palavra aberta aos Conselheiros; Encerramento.”**

O presidente Edmilson Fonseca Filho iniciou a reunião dando as boas-vindas aos participantes, agradecendo ao Presidente da AMIGA e ao Sr. Moura Brasil, bem como a Secretária da Associação Amanda por receber o Conselho e disponibilizar o local para a realização da reunião, em seguida a Ata da reunião de Setembro de 2025 foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

Na sequência, o presidente apresentou os **Ofícios enviados às entidades** solicitando a substituição de conselheiros que incorreram na hipótese legal de perda de mandato, por número de faltas permitidas, nos termos do artigo 34, inciso I, do Regimento Interno do COMTUR, em conformidade com Lei nº 4.838/2018, em seu artigo 5º, § 5º. Em seguida apresentou os **Ofícios recebidos**, sendo o primeiro do Instituto de Manejo da Biodiversidade (IMBio), que nomeia a Dra. Maura da Silva de Oliveira como conselheira suplente, em substituição ao Sr. Fabrício Leme Franco Geraldini; e o segundo, da Associação Comercial e Empresarial de Guaratinguetá, que nomeia o Sr. Frank Lincoln Gusmão como conselheiro titular e a Sra. Nazaré de Fátima Lopes da Silva como conselheira suplente.



Em continuidade à pauta o presidente explicou que a **atualização de Conselheiros foi realizada em estrito cumprimento ao Regimento Interno e legislação, uma vez que o art. 5º, §5º, da Lei nº 4.838/2018 e o art. 34, inciso I, do Regimento Interno (Decreto nº 8.593/2019), perde o mandato o conselheiro que faltar a 03 (três) reuniões ordinárias do Conselho sem justificativa expressa** (ou a 05, ainda que justificadas).

Sobre a **Adequação da legislação do COMTUR**, o presidente Edmilson Fonseca Filho apresentou aos conselheiros um parecer técnico acerca da necessidade de atualização da Lei Municipal nº 4.838/2018, que institui o Conselho Municipal de Turismo de Guaratinguetá – COMTUR, de modo a adequá-la à Lei Complementar Estadual nº 1.261/2015, às diretrizes da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo e às orientações do Ministério do Turismo, conforme o disposto na Lei Federal nº 11.771/2008 (Política Nacional de Turismo), explicando que toda essa adequação se faz necessário em razão das análises para pontuação do ranqueamento realizado pelo Estado para conseguir pontuação na plataforma e manter-se como Estância Turística.

Durante a exposição, o presidente destacou as principais inadequações identificadas na legislação municipal vigente, bem como as propostas de ajustes, entre as quais, a Extinção do cargo de vice-presidente, por ausência de previsão na Lei Complementar Estadual nº 1.261/2015; bem como por falta de previsão no Guia de Criação e Fortalecimento do COMTUR da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e Manual de Orientações Técnicas para a Criação do COMTUR do Ministério do Turismo. Explicou ainda que sob o ponto de vista administrativo, a existência de dois cargos eletivos distintos (presidente e vice-presidente) pode gerar divergências internas, disputas políticas e dificuldades de governança. Sugeriu que, se mantido, o cargo de vice-presidente deveria integrar uma chapa única junto ao presidente, a fim de preservar a harmonia e coesão da gestão. Outro ponto é a necessidade da redução das cadeiras destinadas ao Poder Público, de modo que sua representação não ultrapasse um terço do total de conselheiros, conforme o art. 3º, §1º, inciso II, da referida lei estadual e que mantenha um número equilibrado de conselheiros, **garantindo representatividade dos setores estratégicos**, mas sem comprometer a

funcionalidade do conselho. A nomeação de membros, tanto do setor público, quanto do privado e sociedade civil, deve observar o interesse expresso no desenvolvimento do turismo local, o compromisso com a assiduidade e a participação efetiva nas reuniões. Também, faz-se necessário a revisão do direito de voto aos representantes do Estado e das forças de segurança pública, em conformidade com as orientações da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado; Em observância ao princípio da gestão participativa e da autonomia do conselho e nos termos das orientações dos manuais do Estado e Ministério de Turismo, nossa lei precisa ser alterada a fim de vedar que os membros do Poder Público integrem a diretoria do COMTUR, a coesão para um Conselho Municipal é que a diretoria seja integrada apenas por membros da iniciativa privada e sociedade civil, para preservar a independência do COMTUR. Seguindo, sugeriu que as eleições da presidência devem ocorrer em anos ímpares, mediante votação secreta, garantindo lisura e transparência no processo eleitoral interno, em conformidade com orientação do manual. Ainda, o presidente mostrou a necessidade de inclusão na legislação e regimento interno do COMTUR de critérios para participação de pessoas de notório saber ou representatividade no setor turístico, exigindo comprovação técnica e aprovação por votação secreta dos conselheiros e respeitando o quorum. Continuou explicando sobre a importância de previsão de incompatibilidade funcional, determinando o desligamento automático de membros que venham a ocupar cargos públicos ou funções incompatíveis com a representação no conselho, se não o conselheiro fica ocupando a cadeira que ele representa, sendo integrante do poder público, aumentando os interesses do governo, na prática seria como se o poder público tivesse mais que um terço dos membros permitidos na legislação, tornando frágil a representatividade da sociedade civil no COMTUR. Por fim, o presidente ressaltou que essas observações e propostas estão sendo apresentadas e discutidas primeiramente com o COMTUR e compõem uma análise técnica preliminar. O próximo passo será aperfeiçoada conjuntamente com a Secretaria de Turismo e o corpo jurídico da Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, objetivando garantir plena conformidade da legislação municipal com as normas estaduais, federais e com as boas práticas de governança pública e institucional,

que serão todas discutidas novamente dentro do Conselho antes da apreciação e apresentação à Câmara Legislativa Municipal. Na oportunidade, Anderson, explicou que toda essa análise será realizada de forma técnica e em conformidade com a legislação. Um dos presentes perguntou se a minuta da alteração da lei e regimento será apreciado pelo COMTUR, o presidente e o secretário explicaram que sim, que tudo será discutido dentro do COMTUR, como já está sendo feito, que será levado à apreciação do conselho e deliberado pelo COMTUR, assim como está sendo apresentado previamente aos conselheiros a necessidade das adequações e todos os pontos divergentes com a Lei 1.261/2015 e manual estadual de orientação a criação do COMTUR. Como explicado na reunião passada (setembro/2025) tem que seguir a Resolução do ranqueamento, para que se consiga pontuar, para isso existe a necessidade do enquadramento, formação, estruturação, alinhamento na Lei do COMTUR à Lei Complementar nº 1.261/2015 e manual do Estado, por isso se faz necessário toda a reformulação da Lei atual do COMTUR.

Edmilson finalizou sua apresentação e passou a palavra para o Conselheiro e Secretário de Turismo Anderson Solcia para falar sobre **as questões da execução da Lei do Guia do Turismo**, oportunidade que explicou que a Lei do Guia de Guaratinguetá exige uma estrutura que Guaratinguetá hoje não oferece, a Lei funcionaria bem numa cidade mais desenvolvida, como Brotas, Socorro, Gramado, Sorriso. Ainda é necessário um desenvolvimento estrutural, na parte de turismo, empreendimentos, em obras, em parte tecnológica de monitoramento, em parte de orçamento para que a Secretaria consiga fazer a lei funcionar perfeitamente. O secretário disse que quer muito fazer a lei funcionar 100%, mas hoje essa falta de estrutura dificulta, que a lei foi criada sem pensar se a cidade teria condições de infraestrutura para fazer sua execução, a lei está à frente da cidade. Anderson deixou claro que está tentando dentro do planejamento do turismo implantar algumas ações, tais como monitoramento para fazer contagem de quantos veículos entram no município, porém para isso precisa de uma estrutura tecnológica, com isso está trabalhando com a Secretaria de Mobilidade Urbana, hoje precisa do número de vans e ônibus que entram na cidade, precisa de efetivo para que consiga fiscalizar, precisa de ter a quantidade de Guias

suficientes para que atenda todo esse fluxo. Sem efetivo para fiscalizar torna-se difícil controlar os transportes que chegam sem guias, precisa do receptivo para terminar com a confusão que acontece na Praça da Matriz de Santo Antônio, precisa de uma integração de monitoramento para saber quantos ônibus tem e distribuir a senha, precisa de sistema para isso, são estruturas que ainda não temos, mas estamos trabalhando para solucionar esse problema. Hoje precisamos de investimento até na Secretaria de Mobilidade para ter todo esse equipamento de monitoramento e pessoal para trabalhar. Então estamos diante desse dilema, uma lei que foi criada sem pensar na estrutura da cidade, se o Município teria recursos e infraestrutura para executá-la, mesmo assim estamos buscando soluções. Nesse momento o Conselheiro Ronaldo comentou que enquanto essas soluções não acontecem, os guias estão sendo ameaçados e sofrendo tentativas de agressões, relatou sobre essas dificuldades, comentou que quando pede para o motorista que estaciona na praça da Matriz tirar o ônibus, ele não tira, alguns acham ruim e querem partir para agressão física, dessa forma os guias ficam sem proteção. Anderson explicou que essas situações são repassadas e está tentando solucionar esse problema, que cai naquela questão que sempre falamos aqui nas reuniões, o problema do receptivo. Como já explicado em reuniões anteriores, o atual governo assumiu a cidade com problemas de atraso e de infraestrutura em todas as obras relacionadas ao turismo, que agora o prefeito vai conseguir terminar o mercado municipal, e dar sequência para finalizar as outras obras, como é o caso do receptivo, que já foi explicado em reuniões passadas todo estudo, laudo e análise desta obra para resolver o problema e liberar o receptivo, mas isso leva um certo tempo. Assim que conseguir resolver a questão do receptivo, resolve o problema do fluxo da praça da Matriz. Está estudando a possibilidade de transferir, carros menores para pegar as pessoas com limitações e fazer o traslado delas do receptivo aos pontos turísticos, ou seja, mais um projeto para melhorar. O Conselheiro Ronaldo comentou sobre a possibilidade de fazer uma ação educativa, pois os ônibus que vêm para cá, a maioria vem sem guia e não sabe da existência da Lei do Guia do Turismo, onde vira esse caos na cidade, principalmente perto do orfanato e na Matriz de Santo Antônio. Anderson disse que toda a ideia é bem vinda, essas

ações são bem vindas e são importantes, que precisamos sentar e analisar o que é possível fazer, ver a viabilidade das ações, sendo possível, será feito. Anderson orientou a pegar essas ideias e ajudar a executar para não ficar só com as ideias, por isso a importância de registrar em ATA o que está sendo falado nas reuniões, para depois cobrar as execuções. Ronaldo reforçou sobre essa educação e divulgação para não ser algo forçado, uma imposição. Anderson ressaltou sobre as apresentações do conselheiro Márcio, presidente da Associação dos Guias de Turismo, que apresentou um projeto de turismo pedagógico, onde os guias apresentam a cidade para os turistas, o secretário explicou que assumiu a secretaria com um orçamento que veio do ano passado e este ano a secretaria de turismo não tem recursos para investir nesse projeto, porém, nada impede de realizar esse projeto em próximos anos, a depender dos recursos que forem disponibilizados para o turismo. Anderson ainda deu a sugestão de conseguir patrocínios de empresas e de conseguir recursos da iniciativa privada, que tudo isso foi conversado com o Márcio e está sendo explicado nesta reunião do Conselho, que não está deixando os Guias sem respostas e que a secretaria está de portas abertas para ouvir suas sugestões, porém, as apresentadas, no atual momento, não têm recursos financeiros para investir.


Anderson passou a palavra para o Secretário de Segurança e Mobilidade Urbana, o Sr Paulo Cavalheiro, que agradeceu o convite para participar e reforçou que possui um alinhamento bem ajustado com o Turismo, com a Cultura e outras secretarias, que isso ajuda a engrenagem funcionar bem. Deu como exemplo a Festa de Frei Galvão, que em 2022 o Santuário recebeu em torno de 34.100 pessoas, em 2023 aproximadamente 44 mil pessoas, em 2024 foram 60 mil pessoas e este ano está previsto receber 100 mil pessoas, veja o impacto positivo, o número de turismo aumentando, isso precisa ser bem explorado, mas para isso precisa ter estrutura, a pessoa precisa ser bem recebida, para querer voltar. Além disso, a equipe da Mobilidade está fazendo ações de sinalização no Gomerai, sempre auxiliando no turismo. O problema da Praça da Matriz com o transtorno do ônibus, Cavalheiro explicou que tem a sinalização, ali é embarque e desembarque, os motoristas precisam respeitar e não estacionar ali, a orientação é para eles desembarcar os passageiros e ir para a rodoviária, essa é uma

medida paliativa, o ideal é o receptivo. Quando o receptivo estiver em condições de uso, iremos direcionar o ônibus para lá. Falou sobre três medidas que afetam como as pessoas se transportam, medidas comportamentais, estruturais e restritivas. As medidas estruturais referem-se a intervenções físicas e de infraestrutura, você estimula o transporte ativo, criando ciclovias, estimulando as pessoas a usarem a bicicleta. As medidas comportamentais envolvem mudanças nas atitudes e hábitos individuais das pessoas em relação ao seu modo de se deslocar, optar por caminhar, utilizar o transporte público em vez do carro particular, como por exemplo a BASF, eles oferecem ônibus para os funcionários. Imagina se todos os funcionários da BASF fossem de carro? Imagina a série de impacto que causaria, questão de estacionamento por exemplo. E as medidas restritivas, que impõem limites ou proibições ao deslocamento, geralmente por meio de regulamentações ou leis, exemplos, rodízio de veículos em grandes cidades para reduzir o tráfego em horários de pico. Hoje temos como objetivo tirar a circulação de veículos pesados no centro da cidade. Porém, existem motoristas que não respeitam a lei de trânsito, circulam e estacionam onde não podem, falta educação dessas pessoas, elas não respeitam. Assim que o problema do receptivo for solucionado, todos os veículos de turismo serão direcionados para lá, onde serão recepcionados pelos guias e serão fornecidos meios de transfer. Paulo Cavalheiro, disse que está buscando para Guaratinguetá o projeto cidade inteligente, que utiliza tecnologia e dados para monitorar o fluxo de entrada de veículos em nossa cidade. Hoje não possui essa tecnologia suficiente, mas está buscando melhorar essa questão de infraestrutura tecnológica. Atualmente está trabalhando com medidas paliativas para dar soluções. Reforçou que este primeiro ano de gestão está sendo difícil porque está trabalhando com orçamento do ano passado, com problemas que foram deixados e eles precisam resolver com o que tem em mãos, para cumprir com o trabalho. Para concluir, deu exemplo do COI que funciona 24h e de forma agregada com a Polícia Militar e Defesa Civil. Comentou sobre o projeto do Distrito Criativo, com o objetivo de reavivar o centro da cidade. Pretende aumentar as câmeras de monitoramento, colocar wi-fi na cidade, que está com uma série de projetos para melhorar nossa cidade. Que existe uma dificuldade orçamentária, mas está fazendo de tudo para




conseguir resolver os problemas pontuados, que está fazendo um mapeamento com as forças de segurança para auxiliar nos mapeamentos. Ao ser questionado sobre a questão dos animais mortos que são deixados nas ruas, explicou que são recolhidos quando coloca risco a via pública. Um dos convidados comentou que Guaratinguetá deveria ter um banheiro público no centro da cidade e em outros lugares e os que existem deveriam ser mantidos limpos. O secretário comentou que os serviços urbanos fazem a limpeza. Porém, o convidado reforçou que não vê esses banheiros limpos, solicitou que fosse dada atenção a essa questão. Na oportunidade, Anderson falou que dentro do projeto de revitalização do centro tem como meta a criação de banheiro no centro. Paulo Cavalheiro tomou a palavra falando que o projeto Distrito Criativo prevê a melhoria de todo o centro, desde criação de banheiro até melhoria na iluminação.

O Conselheiro Maurício, comentou dos problemas de segurança no bairro Gomerai, perguntando se existe a possibilidade de ter equipamentos que consigam contabilizar ciclistas, carros e tratores. E se as câmeras privadas podem ser integradas e disponibilizadas para a secretaria de segurança. Cavalheiro explicou que hoje não tem essa interligação com as câmeras das propriedades privadas, mas está com projeto para integrar as câmeras particulares com as do COI, que inclusive faz parte do Plano Diretor de Governo. Na oportunidade, o Presidente do COMTUR, Edmilson Fonseca, sugeriu que Guaratinguetá adotasse como exemplo o Projeto Sentinela de Taubaté, que é uma iniciativa que visa fortalecer a segurança pública integrando câmeras de monitoramento particulares (de moradores, condomínios e empresas) ao sistema de inteligência da Guarda Civil Municipal. O objetivo é criar uma rede de vigilância colaborativa, onde imagens cedidas voluntariamente são usadas para investigação, alerta em tempo real e apoio a ações preventivas. A adesão é voluntária, gratuita e garante a privacidade dos participantes.

O Secretário de Segurança Paulo Cavalheiro reforçou que irá ter essa integração entre câmeras privadas e públicas, que está previsto no Plano Diretor de Governo, inclusive que além do Projeto Sentinela, existem outros projetos semelhantes e está trabalhando para implementar essa integração entre câmeras de monitoramento. 

Por fim, o presidente do COMTUR Edmilson, encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos.

Eu, Edmilson Fonseca Filho, presidente do COMTUR 2024-2026, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, e pelos presentes em listagem específica para tal fim.


Dr. Edmilson Fonseca Filho
Presidente do COMTUR
2024 - 2026